



ESCOLA DE FORMAÇÃO
OFICINAS DE PESQUISA E JURISPRUDÊNCIA
2º SEMESTRE 2021

OBJETIVOS GERAIS

A Escola de Formação Pública tem por objetivo formar um conjunto de habilidades e competências dos estudantes em diversas dimensões. No primeiro semestre, os objetivos do programa se relacionam, tematicamente, com a construção de uma visão personalizada por cada aluna e aluno a respeito do papel do Supremo Tribunal Federal no arranjo dos Poderes e no desenvolvimento do direito. Individualmente e coletivamente, este período também privilegia a construção de uma identidade de grupo e, ao mesmo tempo, da autonomia dos estudantes quanto à organização de estudos e pesquisa própria de cada um.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do semestre, as/os estudantes serão capazes de:

- Entender termos e conceitos básicos relacionados a:
 - Controle de constitucionalidade;
 - Organizações e instituições;
 - Processo decisório do tribunal;
- Entender a relação entre provocar o STF e receber uma resposta do Tribunal (provimento jurisdicional) e os fatores envolvidos (ex. satisfação, confiança, capital político, etc.);
- Ler criticamente decisões judiciais e avaliar a qualidade dos argumentos e do processo decisório do Supremo Tribunal Federal a partir de vários critérios;
- Relacionar a atuação do Supremo Tribunal Federal com o desenvolvimento do direito brasileiro e com as situações cotidianas;
- Gerenciar um projeto de pesquisa da concepção, à execução até a apresentação final, atentando-se ao rigor metodológico e ao caráter empírico da pesquisa.

Em relação à dimensão humana, à dimensão de atitudes e valores e de auto-organização, as/os estudantes serão capazes de:

- Refletir melhor sobre sua própria postura em debates;
- Desenvolver a escuta-ativa, evidenciada pela capacidade de se posicionar nos debates de forma pertinente.
- Desenvolver uma identidade de grupo, evidenciada pelo conhecimento dos colegas, por iniciativas de integração e pelo respeito mútuo.
- Ter mais autonomia quanto ao próprio processo de aprendizagem e de identificação de seus interesses no Direito.
- Identificar o seu melhor método de estudo e preparação para as aulas e aprimorá-lo;
- Identificar seu ritmo, seu método de organização e de elaboração de um projeto de pesquisa;
- Identificar seus pontos fortes e seus pontos fracos numa relação em grupo, para fortalecer os primeiros e mitigar os últimos.

INSTRUMENTOS DE FEEDBACK E PADRÕES DE EXCELÊNCIA

Para que a Coordenação possa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, a Escola de Formação Pública conta com uma série de instrumentos de avaliação e *feedback*:

- Conversas coletivas com a Coordenação ao final das aulas de quartas-feiras;
- Conversas individuais com a Coordenação em cada semestre;
- Monografia de final de curso, apoiada por:
 - Programa de tutoria e orientação;
 - Momentos de discussão coletiva dos projetos de pesquisa e dos relatórios parciais de pesquisa;
 - Banca de avaliação da monografia no final do ano.
- Concessão de distinção para os melhores estudantes do curso, segundo critérios de:

- Excelência nos cursos do programa;
- Distinção na monografia.

O desempenho de um (a) aluno (a) da Escola de Formação será:

- **EXCELENTE**, e por isso apto à distinção, quando demonstrar:
 - Empenho, respeito e frequência nos programas do curso (ex. leituras, participação nas atividades, interação com os colegas e a coordenação);
 - Organização nas leituras e na condução da pesquisa (ex. atendimento ao cronograma, condução simultânea dos trabalhos de pesquisa e dos demais programas);
 - Relevância nos debates, seja por meio de comentários que explicitam premissas ocultas nas participações dos colegas, seja por meio de sínteses construtivas do que os colegas falaram, seja por meio de observações críticas pertinentes sobre o material de leitura para a aula, seja por meio de correções de rumo ou inserção de novos problemas nos debates;
 - Raciocínio crítico referente ao material discutido, evidenciado por meio da capacidade de dissecar um argumento – questionando suas partes – e pela capacidade de olhar uma mesma questão sobre múltiplos ângulos (a favor ou contra; moral, econômico, político ou jurídico; causas ou consequências etc.);
 - Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente, relevante para o tema pesquisado e que possa ser ponto de partida para novas pesquisas (individuais ou de terceiros);
- **BOM**, quando demonstrar:
 - Empenho e frequência nos programas do curso (ex. leituras, participação nas atividades, interação com os colegas e a coordenação);
 - Organização nas leituras e na condução da pesquisa (ex. atendimento ao cronograma, condução simultânea dos trabalhos de pesquisa e dos demais programas);
 - Empenho em participar dos debates para contribuir com o tema discutido, bastando para isso que traga uma leitura interessante ou o seu ponto de vista sobre a questão;
 - Capacidade de identificar os principais problemas trazidos pelo material de preparação prévia e de relacioná-los com outros problemas tratados anteriormente no curso;
 - Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente.
- **INSATISFATÓRIO**, quando demonstrar:
 - Não atendimento dos requisitos mínimos de frequência e horários, não realização das leituras e falta de engajamento nas atividades previstas para o programa;
 - Falta de participação nos debates ou participação que se limita a reproduzir sentidos comuns ou opiniões já expressadas anteriormente no debate;
 - Desrespeito em relação à opinião dos colegas, à coordenação ou a terceiros.
 - Não entrega da monografia no prazo estabelecido ou entrega de uma monografia sem consistência metodológica.

PROGRAMA DE AULAS

O programa que segue contempla o calendário de aulas do 2º semestre de 2021 (incluindo feriados e recessos), bem como os temas, professores (as) e materiais de leitura. Podem ocorrer alterações e atualizações ao longo do semestre, que serão comunicadas aos alunos com antecedência necessária.

Os materiais se dividem em (i) obrigatórias (ii) complementares e (iii) de formação. O material obrigatório é imprescindível para acompanhar e participar das aulas. Os materiais complementares se referem diretamente à abordagem principal da aula e agregam novas informações ou pontos de vista sobre o mesmo assunto. Por fim, as leituras de formação trazem outras referências no tema, que não estão presentes diretamente na aula, mas podem ser utilizadas para aprofundar ou acessar outras discussões relevantes à temática.

OFICINAS DE JURISPRUDÊNCIA E OFICINAS DE PESQUISA

As oficinas de jurisprudência trazem discussões sobre como o Supremo Tribunal Federal chega a suas decisões. Quem são os atores que ajuízam demandas no Supremo Tribunal Federal? Por que eles escolhem o STF e quais interesses estão envolvidos? De que maneira esses elementos influenciam a tomada de decisão do STF? O processo decisório do STF é adequado ao que se espera do tribunal? Quais são possíveis respostas do Supremo Tribunal Federal nos processos? Quais suas consequências e impactos? As oficinas de jurisprudência deste semestre procuram trabalhar os aspectos institucionais e procedimentais internos do Supremo Tribunal Federal e o processo decisório da Corte.

As aulas terão por objetivo levar os alunos a:

- Entender diferentes caminhos para se chegar ao STF;
- Entender termos e conceitos básicos de controle de constitucionalidade;
- Entender diferentes formas de resposta dadas pelo STF;
- Analisar o papel de elementos externos à argumentação e à decisão;
- Avaliar a posição do STF no arranjo dos Poderes e comparar sua atuação com a de outras organizações;
- Entender conceitos básicos de procedimento e estrutura do Tribunal;
- Entender termos e conceitos básicos relacionados a precedentes constitucionais;
- Entender a relação entre provocar o STF e receber uma resposta do Tribunal;
- Analisar a consistência e a coerência de argumentos utilizados nos votos, além da qualidade do processo decisório;

As oficinas de pesquisa, por sua vez, em aulas intercaladas com as de jurisprudência, vão aprofundar o passo a passo da elaboração de um projeto de pesquisa empírica em jurisdição constitucional, abordando temas como: elaboração de uma pergunta de pesquisa, recorte temático e temporal, análise de fontes, métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos. Nas oficinas os alunos vão entrar em contato com diferentes projetos e monografias elaboradas na sbdp.

CONVERSA COM ATORES

No segundo semestre, os alunos terão conversas com profissionais de diversas áreas. O objetivo é que os convidados apresentem aos alunos as diversas possibilidades de caminhos a serem seguidos depois da Escola de Formação Pública, tanto em carreiras privadas quanto públicas e que dialoguem sobre o papel da pesquisa e da constante formação acadêmica nessas trajetórias.

CRONOGRAMA E PROGRAMA DAS AULAS

AULA 1 14H-15H40	OFICINA DE PESQUISA: ACESSO À INFORMAÇÃO E DADOS PÚBLICOS	04/08/2021
Carolina Dalla Pacce (FGV Direito)	Preparação básica (obrigatória): <i>A definir</i>	
AULA 2 14H-15H40	OFICINA DE PESQUISA: ESTRUTURAÇÃO E USO DE DADOS	06/08/2021
João Pedro Salvador (CEPI – FGV Direito)	Preparação básica (obrigatória): <i>A definir</i>	
AULA 3 14H-15H40	LEGALIDADE E REGULAÇÃO: O CASO DOS ADITIVOS DO CIGARRO	11/08/2021
Yasser Gabriel	Preparação básica (obrigatória): ADI 4874/DF - Ementa, acórdão e extrato de ata (p. 1-5 e 214-215) - Voto e Relatório Min. Carmen Lucia (p. 189-204) - Voto Min. Edson Fachin (p. 112-130) - Voto Min. Alexandre de Moraes (p. 98-108) - Debates (p. 205-213) Leitura complementar: - Relatório e voto Min. Rosa Weber (7-108)	
AULA 4 14H-15H40	INTERVENÇÃO NA ECONOMIA E DIREITO ADQUIRIDO: PLANOS ECONÔMICOS NO STF	13/08/2021
Theófilo Aquino (EFp 2012)	Preparação básica (obrigatória): ADPF 165 - Petição inicial (p. 1-10, 29-62 e 86-96) - Manifestação da PGR LAZZARINI, Marilena; MOURA, Walter José Faiad de. <i>Segurança jurídica aos poupadores</i> . IDEC, 2013, disponível em: https://bitly.com/oqq4c LEAL, Fernando. <i>Os impactos dos planos econômicos e a encruzilhada do Supremo</i> . Portal Jota, 2016. Disponível em: https://bitly.com/67xkf Vídeo “O que é inflação?”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=omFE3y4m404 Vídeo “Saga Brasileira”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9MdAD1sY5LU&t=0s	

Vídeo “Comerciais de TV na época da hiperinflação”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=llZytBnedNk&t=82s>

Leitura complementar:

ADPF 165

- Manifestação do Banco Central

Documentário “Laboratório Brasil”. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3LHH7nigO6A>

Leitura de formação:

VILELLA, Mariana. *Direito Adquirido, Inflação e Moeda: como decide o STF nos conflitos relativos ao Plano Econômico Collor I?* – Sociedade Brasileira de Direito Público, 2010. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/direito-adquirido-inflacao-e-moeda-como-decide-o-stf-nos-conflitos-relativos-ao-plano-economico-collor-i/>

AULA 5
14H-15H40

A CONSTITUCIONALIDADE DA EXTENSÃO DE PATENTES

18/08/2021

Vitor Ido

Preparação básica (obrigatória):

GRUPO DIREITO E POBREZA. *A Inconstitucionalidade do Artigo 40, Parágrafo Único, da Lei de Propriedade Industrial sob uma Perspectiva Comparada*. 2020, disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3745372 (pp. 1-12, 35-42 e 57-62).

ADI 5.529

- Voto Min. Dias Toffoli (tópicos 3.1, 4 e 5)

- Voto Min. Barroso (disponível em <https://bityli.com/hhnA8> – 00:25:00 – 01:04:00)

- Voto Min. Luiz Fux (disponível em <https://bityli.com/hhnA8> – 02:32:00 – 02:43:00)

- Debates (disponível em <https://bityli.com/hhnA8> – 02:43:00 – 02:55:00).

Leitura complementar:

GRUPO DIREITO E POBREZA. *A Inconstitucionalidade do Artigo 40, Parágrafo Único, da Lei de Propriedade Industrial sob uma Perspectiva Comparada*. 2020, disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3745372 (inteiro teor).

ADI 5.529

- Voto Min. Dias Toffoli (inteiro teor).

Leitura de formação:

ADI 5.529

- Parecer Prof. Mariana Pargendler

Debate Jota: O tempo das patentes no Brasil e a ADI 5529 no STF – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AsY33iGoq1M&t=307s>

Filipe Gaspari (EFp
2014)

Preparação básica (obrigatória):

HC no 24.000 (Caso Washington Luís)
- Decisão final

MS nº 1
- Decisão final

Intervenção Federal nº 3
- Decisão final

Leitura complementar:

MACEDO SOARES, J.E. *A vez dos grandes togados*: Diário Carioca (RJ), 20 de fevereiro de 1931.

BALZ, Christiano Celmer. *Tribunal de Segurança Nacional: aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. Dissertação de mestrado apresentada para a Universidade Federal de Santa Catarina, em 2009.

GASPARI, Filipe Natal De. *A segurança nacional na Era Vargas: análise da jurisprudência da Corte Suprema (1935-1937)*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2014. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/a-seguranca-nacional-na-era-vargas-uma-analise-da-jurisprudencia-da-corte-suprema-1935-1937/>

CÂMARA, Jacintho Arruda; GASPARI, Filipe Natal De. *A regulação econômica na Era Vargas: análise da jurisprudência do STF sobre a quota de equilíbrio do café*. R. de Dir. Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 14, n. 54, p. 91-109, abr./jun. 2016.

Leitura de Formação:

DEL RÍO, André. *La era Vargas y la trayectoria del Supremo Tribunal Federal de Brasil: un análisis histórico institucional 1930-1945*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 7, nº.2, maio-agosto, 2015, pp. 298-320;

MOUSTAFA, Tamir. *Law and Courts in Authoritarian Regimes*. Annu. Rev. Law Soc. Sci. 2014. 10: 281-99.

Convidado: Dr. Márcio José de Moraes – Desembargador Federal

Preparação básica (obrigatória):

Ação declaratória 56977-1 (n. original 136/76)
- Petição inicial (p. 10-25)
- Contestação (p. 101-106)
- Parecer da consultoria jurídica do exército juntado com a contestação (p. 107 - 178).

Preparação complementar:

Ação declaratória 56977-1 (n. original 136/76)
- Sentença (p. 197-263)
- Documentos (reportagens, laudo, depoimentos – p. 26-95).

- Manifestação sobre a contestação (p. 260-277).

Entrevista feita por Pedro Bial com Clarice Herzog e Ivo Herzog
<https://open.spotify.com/episode/2DVqP9pLjUAGSc6x4tJTv7>

Leitura de formação:

História do caso no site do Instituto Vladimir Herzog:
<https://vladimirherzog.org/casoherzog/>, em especial a partir do tópico “a ação declaratória na Justiça Federal” onde constam depoimentos de advogados e outros envolvidos.

AULA 8
14H-15H40

DOCUMENTOS HISTÓRICOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: ESTUDO DE CASOS DO MUSEU JUDAICO

27/08/2021

Roberta Sundfeld

Preparação básica (obrigatória):

Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação (Merlo e Konrad, 2015).

Entre tempo, memória e história se constroem as narrativas do passado (Sartori, 2018).

Preparação complementar:

A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais (Meneses, 1992).

Leitura de Formação:

História e Memória (Le Goff, 1990)

AULA 9
14H-15H40

DIREITOS HUMANOS E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE - O CASO MARIA DA PENHA

01/09/2021

Victoriana Leonora (EFp 2010) e Ana Luiza Vidotti (EFp 2018)

Preparação básica (obrigatória):

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – Relatório do caso.

BRASIL. *Exposição de Motivos no 16 SPM/PR* (Lei Maria da Penha). Enviado em: 16/11/2004. Disponível em: <http://bit.ly/2vkt91d>

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (coord.). *A Violência Doméstica Fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, 2015, p. 57-63. Disponível em: <http://bit.ly/2hfAEQr>

ADC 19

- Relatório e voto Min. Rosa Weber (pp. 3-10, 18-30)

Preparação complementar:

SEVERI, Fabiana Cristina. *Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos*. RDA. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/119320>

BANDEIRA, Maria Lourdes e ALMEIDA, Tania Mara Campos de. *Vinte Anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha*. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 501-517, maio-

agosto/2015

Leitura de formação:

Ebook Lei Maria da Penha vai à escola. Disponível em: <https://bitly.com/WFf2v>

AULA 10
14H-16H00

DIREITOS HUMANOS E CONTROLE DO PODER JUDICIÁRIO – O CASO
CARANDIRU

03/09/2021

Ivan Franco (EFp 2010)
e Leonardo Cleston
(EFp 2019)

Preparação básica (obrigatória):

Reclamação Disciplinar 0005774-79.2016.2.00.0000 no CNJ.
- Reclamação. Disponível em: <http://bit.ly/2tKQmox>

Apelações nos 0338975- 60.1996.8.26.0001 e 0007473-49.2014.8.26.0001.
- Voto do Relator. Disponível em: <http://bit.ly/2w7A2ip>

Preparação complementar:

CONSULTOR JURÍDICO. *TJ-SP anula julgamentos dos 73 policiais condenados por Massacre do Carandiru. Revista Consultor Jurídico*, 27/09/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2vROTQN>

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (coords.). *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*. São Paulo: FGV Direito SP, 2015 – parte 01 (p. 41-99). Disponível em: <http://bit.ly/2v7OFVJ>

Leitura de formação:

Para saber mais sobre o caso Carandiru:

FERREIRA, Luisa M. A.; MACHADO, Marta R. de A.; MACHADO, Maíra Rocha. *Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização*. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 94, p. 05-29, Nov. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2tR2g4E>

Para saber mais sobre o poder do Conselho Nacional de Justiça:

FRANCO, Ivan Candido da Silva. *Como são julgados os juízes? Uma análise do controle disciplinar do Conselho Nacional de Justiça (2005-2013)*. Dissertação (mestrado) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2tR0OyW>

MOREIRA, Diogo Rais Rodrigues. *Atuação do Conselho Nacional de Justiça e independência jurisdicional: interfaces e interferências*. Tese (doutorado) – PUC-SP. 2015. Disponível em: <https://bitly.com/LvNux>

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROBL FILHO, Ilton Norberto. *Accountability e independência judicial: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)*. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 45, p.29-46, mar. 2013. Disponível em: <https://bitly.com/NQLKz>

Larissa Silveira (EFp 2020)

Preparação básica (obrigatória):

ADPF-MC-REF 635/DF

- Inteiro teor do acórdão (p. 1-66)

- Manifestação PGR (p. 12-64)

Preparação complementar

ADPF-MC 635/DF

- Voto Min. Relator Edson Fachin (p. 30-126)

Leitura de formação:

SILVEIRA, Larissa Pereira. *A SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: Um Estudo de Caso da ADPF 635*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2020. Disponível em:

<https://sbdp.org.br/publication/a-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro-no-supremo-tribunal-federal-um-estudo-de-caso-da-adpf-635/>

MOREIRA, Adilson. *Tratado de Direito Antidiscriminatório*. Introdução.

Jolivê Rocha (EFp 2020)

Preparação básica (obrigatória):

Súmula Vinculante nº 13.

Disponível em: <http://bit.ly/1yKVSrp>

STF. Pleno. Reclamação nº 6.650/PR. Relatora: Min. Ellen Gracie. Julgado em: 16/10/2008 (p. 277 – 297).

STF. Primeira Turma. Reclamação nº 7.590/PR. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgado em: 30/09/2014. Íntegra do acórdão (p. 1-19).

Preparação complementar:

Petição Inicial da Ação Popular nº 0005073-91.2017.827.2729. 2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos de Palmas, Estado de Tocantins. Caio Rubem da Silva Patury e outros v. Marcelo de Carvalho Miranda, Luiz Antônio da Rocha e Estado do Tocantins.

Leitura de formação:

Para saber mais a jurisprudência do Supremo em casos de nepotismo

STF. Pleno. ADC-MC nº 12/DF. Relator: Min. Carlos Britto. Julgado em: 16/02/2006. Relatório e Voto do Min. Carlos Britto (p. 7-45).

Disponível em: <http://bit.ly/2vcxC5X>

STF. Pleno. ADC nº 12/DF. Relator: Min. Carlos Britto. Julgado em: 20/08/2008. Relatório e Voto do Min. Carlos Britto (p. 4-13).

Disponível em: <http://bit.ly/2w4U65k>

STF. Pleno. RE nº 579.951/RN. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em:

20/08/2008. Relatório e Voto do Min. Ricardo Lewandowski (p. 1877-1901). Disponível em: <http://bit.ly/2w4PA6R>

Para saber mais sobre Súmulas Vinculantes

SILVA, Mariana Ferreira Cardoso Da. Vinculação das decisões do STF: Aspectos normativos, institucionais e culturais. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2014, p. 45-54.

Disponível em: <http://bit.ly/2uCZ9vI>

GLEZER, Rubens Eduardo. Súmula vinculante e ratio decidendi: Uma abordagem empírica a respeito de redesenho institucional e cultura jurídica. Dissertação (mestrado) – Escola de Direito de São Paulo, 2011.

Disponível em: <http://bit.ly/2u3EaPe>

AULA 13
14H-15H40

OFICINA DE PESQUISA: DISCUSSÃO DE RELATÓRIOS PARCIAIS

15/09/2021

Equipe sbdp

Preparação básica (obrigatória):

Leituras dos relatórios parciais do respectivo grupo.

AULA 14
14H-15H40

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE JUDICIAL: O CASO DAS CRECHES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

17/09/2021

Luiza Andrade Corrêa (EFp 2009)

Preparação básica (obrigatória):

Narrativa do caso de fornecimento de vagas em creches no Município de São Paulo.

Agravo Regimental nº 0018645-21.2010.8.26.0003/50000.
- Acórdão

Preparação complementar:

CORRÊA, Luiza Andrade. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 5. Disponível em: <http://bit.ly/2uOcFcz>

PASSOS, Júlia Adib. *A Judicialização da Política Pública de Educação Infantil no Município de São Paulo: Um Estudo de Caso sobre as Decisões GTIEI*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2016. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/a-judicializacao-da-politica-publica-de-educacao-infantil-no-municipio-de-sao-paulo-um-estudo-de-caso-sobre-as-decisoes-gtiei/>

Leitura de formação:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. *Controle de Constitucionalidade dos Atos do Poder Executivo*. Brasília: Ministério da Justiça, 2010 (Série Pensando o Direito, no 30). Disponível em: <http://bit.ly/2tUuNpC>

CORRÊA, Luiza Andrade. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 2. Disponível em: <http://bit.ly/2uOcFcz>

VASCONCELOS, Natália Pires de. *Judiciário e Orçamento Público: Considerações sobre o impacto orçamentário de decisões judiciais*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 1, 2 e 3

AULA 15
14H-15H40

MEDIDAS PROVISÓRIAS E TRANCAMENTO DE PAUTA NO LEGISLATIVO

22/09/2021

Daniel Bógea (Grupo Público
– FGV Direito SP + sbdp)

Preparação básica (obrigatória):

Questão de ordem da Câmara dos Deputados sobre trancamento de pauta:
- Decisão do Presidente Michel Temer.

MS 27.931

- Voto Min. Celso de Mello (p. 6-66)
- Voto Min. Barroso (p. 136-154)

Preparação complementar:

BÓGEA, Daniel. *Governo com Juízes*. Trecho selecionado do capítulo 3 (livro no prelo)

WHITTINGTON, Keith. *Constitutional Construction*. Harvard University Press, 1999. Trecho selecionado.

MC no MS 27.931

- Voto Min. Celso de Mello

AULA 16
14H-15H40

ABERTURA DE CPI PELO STF

24/09/2021

Helena Funari (EFp 2017)

Preparação básica (obrigatória):

MENDES, Guilherme. *Há 14 anos, STF garantiu direito da oposição à CPI do apagão aéreo*. Congresso em Foco, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/5SMER>

MS 26.441

- Voto Min. Celso de Mello (p. 326-382)

MS 37.760

- Voto Min. Barroso

Leitura complementar:

MS 26.441

- Voto Min. Celso de Mello (inteiro teor)

BISPO, Nikolay Henrique. *O STF no Controle dos Atos Parlamentares Interna Corporis*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2021. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/o-stf-no-controle-dos-atos-parlamentares-interna-corporis/> (tópico 3.ii).

Leitura de formação:

BISPO, Nikolay Henrique. *O STF no Controle dos Atos Parlamentares Interna Corporis*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2021. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/o-stf-no-controle-dos-atos-parlamentares-interna-corporis/> (inteiro teor).

AULA 17
14H-15H40

VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA?

29/09/2021

Camila Castro Neves
(EFp 2015)

Preparação básica (obrigatória):

ADIs 6586, 6587 e ARE 1.267.879

- Relatórios (disponíveis em: <https://bityli.com/k1dyw> – 00:05:00 – 00:22:00)

- Voto Min. Barroso (disponível em: <https://bityli.com/KelQv> – 00:02:00 – 00:48:00)

- Voto Min. Rosa Weber (<https://bityli.com/4CmnT> – 00:46:00 – 01:17:00).

Leitura complementar:

ARRUDA, Ana Luiza; MORIBE, Gabriela; e WANG, Daniel. *Vacinação obrigatória contra COVID pode ser a medida com menos restrição de direitos*. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/00N2L>

ADIs 6586, 6587 e ARE 1.267.879

- Voto Min. Lewandowski (disponível em: <https://bityli.com/TCcjH>).

AULA 18
14H-15H40

A ATUAÇÃO DO TCU EM MATÉRIA AMBIENTAL

01/10/2021

André Rosilho (FGV
Direito SP e
Observatório do TCU) e
Laís Youssef (EFp 2019)

Preparação básica (obrigatória):

YOUSSEF, Laís. *As auditorias ambientais de natureza operacional do Tribunal de Contas da União*: Como o TCU exerce sua competência de fiscalização em matéria ambiental?

TRISTÃO, Conrado. *Determinações do TCU em fiscalização operacional?* Portal Jota, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/Mgeih>

Leitura complementar:

ROSILHO, André Janjácómo. *Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União*. Tese (doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/Q3QKh> (pp. 275 – 315).

Leitura de formação:

“A Atuação do Tribunal de Contas da União em Matéria Ambiental” – Relatório de pesquisa FGV Direito SP e WWF – Abril de 2020 – 46p.

AULA 19
14H-15H30

ADO 59 E O FUNDO AMAZÔNIA

06/10/2021

Giovana Agútoli (EFp
2019) e Júlia Batista
(EFp 2019)

Preparação básica (obrigatória):

ADO 59

- Petição Inicial

- Manifestação de Suely Araújo na Audiência Pública (disponível em: <https://bityli.com/cPDjR>, 01:14:00 – 01:39:30).

Leitura complementar:

ADO 59

- Manifestação de Arnaldo Zunizakae, Jocélio Leite, Carlos Nobre e Ricardo Galvão na Audiência Pública (disponível em: <https://bityli.com/cPDjR>, 00:13:00 – 00:54:00).

Leitura de formação:

ADO 59

- Nota Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da República (nº 268 /2020 / CGIP/SAJ/SG/PR)

AULA 20
14H-15H40

BLOQUEIO DO WHATSAPP NO STF

08/10/2021

Tatiane Guimarães
(EFp 2018) e João
Pedro Salvador (CEPI
– FGV Direito)

Preparação básica (obrigatória):

ADPF 403
- Voto Min. Fachin

ADI 5.527
- Voto Min. Rosa Weber

Leitura Complementar:

LIGUORI FILHO, Carlos Augusto. *O Zap e a Toga: Mapeamento do debate sobre bloqueio de aplicativos e criptografia no STF*. Jota, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/TSxVkw>.

Leitura de Formação:

LIGUORI FILHO, C. A.; SALVADOR, J. P. F. *Crypto wars e bloqueio de aplicativos: o debate sobre regulação jurídica da criptografia nos Estados Unidos e no Brasil*. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 63, p. 135, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/59422>

ABREU, Jacqueline de Souza. *Passado, presente e futuro da criptografia forte: desenvolvimento tecnológico e regulação*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, 2017, p. 25-42. Disponível em: <https://bityli.com/4DwmZ>

AULA 21
14H-15H40

SELEÇÃO PÚBLICA DE PESSOAS: É POSSÍVEL INOVAR?

13/10/2021

Conrado Tristão (Núcleo de
Inovação da Função
Pública - sbdp)

Preparação básica (obrigatória):

Acórdão TCU 3.010/2014 – Plenário.

Leitura complementar:

MIGUEIS, Anna Carolina; TRISTÃO, Conrado; VILELLA, Mariana. *Seleção pública no Brasil: passado, presente e futuro*. Obra coletiva Idesb, sbdp, Uerj-Reg e Grupo Público. No prelo.

Anteprojeto da Lei Nacional de Modernização do Concurso Público.

Leitura de formação:

SUNDFELD, Carlos Ari; TRISTÃO, Conrado (Orgs.). *Vínculos públicos e formas de seleção: Diagnósticos jurídicos para a modernização do RH do Estado*. Núcleo de Inovação da Função Pública - sbdp, 2021. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/06/Carlos-Ari-Sundfeld-e-Conrado-Tristao-Orgs.-Vinculos-publicos-e-formas-de-selecao.-sbdp-2021.-1.pdf>.

AULA 22
14H-15H40

ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO

15/10/2021

Ricardo Kanayama
(Observatório do TCU)

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 5.437
- Petição inicial
 - Relatório
 - Voto Min. Carmen Lúcia
 - Acórdão

Leitura complementar:

KANAYAMA, Ricardo. *Precisamos falar sobre a avaliação periódica de desempenho*. Núcleo de Inovação da Função Pública – sbdp. Disponível em: <https://bitly.com/q56vo>

AULA 23
14H- 15H40

OPEN DAY: CANDIDATURAS AVULSAS

20/10/2021

Mariana Vilella e
Yasser Gabriel

Preparação básica (obrigatória):

STF vai discutir se candidatura avulsa é constitucional. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=358255>

Trechos da transcrição da Audiência Pública no RE 1.238.853:

- Introdução (Min. Barroso) - p. 02-04
- Representante da OAB (Luciana Nepomuceno) - p. 20-27
- Marina Silva - p. 135-143
- Bancada Ativista - p. 144-150
- Transparência Brasil - p. 169-178
- Instituto Gaúcho de Direito Eleitoral - p. 234-242

Leitura complementar:

Trechos da transcrição da Audiência Pública no RE 1.238.853:

- Dep. Estadual Janaína Paschoal - p. 36-42
- Representante da REDE (José Gustavo Favaro) - p. 121-131
- Livres/Renova BR - p.150-159
- Brasil 21 - p. 186-195
- Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral - p. 243-252

AULA 24
14H-15H40

O STF CONTROLA O TCU?

22/10/2021

Rodolfo Arruda (EFp
2018)

Preparação básica (obrigatória):

- MS 23.550
- Ementa, Relatório e Voto do Min. Marco Aurélio

- MS 24.421
- Relatório e Voto do Min. Marco Aurélio

TRISTÃO, Conrado Valentini. *Controle do Tribunal de Contas da União pelo Supremo Tribunal Federal: Uma análise a partir dos julgamentos de mandados de segurança*. Dissertação de Mestrado, 2020. Conclusão (p. 79-90). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29280>

SILVA, Rodolfo da Costa Arruda. Como o STF exerce controle sobre o TCU em matéria de contratos administrativos? Monografia SBDP, 2018. Conclusão (p. 35-39). Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/como-o-stf-exerce-controle-sobre-o-tcu-em-materia-de-contratos-administrativos/>

Leitura de formação:

TRISTÃO, Conrado Valentini. Controle do Tribunal de Contas da União pelo Supremo Tribunal Federal: Uma análise a partir dos julgamentos de mandados de segurança. Dissertação de Mestrado, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29280>

SILVA, Rodolfo da Costa Arruda. Como o STF exerce controle sobre o TCU em matéria de contratos administrativos? Monografia SBDP, 2018. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/como-o-stf-exerce-controle-sobre-o-tcu-em-materia-de-contratos-administrativos/>

ROSILHO, André; SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). Tribunal de Contas da União no Direito e na Realidade. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2020.

CÂMARA, Jacintho Arruda; SUNDFELD, Carlos Ari. Competências do Controle dos Tribunais de Contas - Possibilidades e Limites, in *Contratações Públicas e seu Controle*, Carlos Ari Sundfeld (Org.), São Paulo: Malheiros, 2013.

AULA 25
14H-15H40

PODERES MONOCRÁTICOS E LEGITIMIDADE DE DECISÕES: O CASO DO AUXÍLIO MORADIA

27/10/2021

Luiza Pavan (Supremo em Pauta – FGV Direito)

Preparação básica (obrigatória):

Ação Originária 1773/SP

- Decisão final monocrática Min. Luiz Fux
- Decisão submetendo a ação à câmara de conciliação
- Decisão cautelar monocrática Min. Luiz Fux
- Declaração de perda de objeto pelo Min. Dias Toffoli

Preparação complementar:

Decisão determina pagamento de auxílio-moradia a juízes federais. Disponível em: <https://bit.ly/2YgD02H>

Ministros criticam decisão individual de Fux para derrubar auxílio moradia. Disponível em: <https://bit.ly/2Sb1IU6>

Ação Originária 1773/SP

- Manifestação PGR acerca da decisão final

AULA 26
14H-15H40

PROCESSO DECISÓRIO NO STF: O USO DO PLENÁRIO VIRTUAL

29/10/2021

Ana Laura Barbosa (EFp 2015)

Preparação básica (obrigatória):

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Relatório de atividades 2020*. Disponível em: <https://bitly.com/8AQxs> (p. 27, 28, 40 a 43).

BARBOSA, Ana Laura Pereira. *Decidindo (não) decidir: Instrumentos de influência individual na definição da agenda e do tempo dos julgamentos no STF*. Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2020 (trecho do capítulo 1).

Resolução 642 do STF.

BARBOSA, Ana Laura Pereira, ESTEVES, Luis Fernandes Gomes. *Quem controla a agenda do Supremo?*. Portal Jota, 2020. Disponível em: <https://bitly.com/zFXY4>

Preparação complementar:

GOMES, Juliana Cesario Alvim. *Opacidade do plenário virtual, Zika e censura nas escolas: obstáculo ou estratégia?* Portal Jota, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/supra/opacidade-plenario-virtual-zika-censura-escolas-12052020>

POMPEU, Ana. Marco Aurélio pede a Fux para manter votos já dados por ele no plenário virtual. Portal Jota, 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/marco-aurelio-pede-a-fux-para-manter-votos-ja-dados-por-ele-no-plenario-virtual-07072021>

Leitura de formação:

BARBOSA, Ana Laura Pereira. *As Estratégias na Definição da Pauta de Julgamento: um olhar sobre o perfil da Corte Gilmar Mendes*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2015. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/publication/as-estrategias-na-definicao-da-pauta-de-julgamento-um-olhar-sobre-o-perfil-da-corte-gilmar-mendes/>

AULA 27
14H-15H40

PEDIDO DE VISTA E PODER DE AGENDA

03/11/2021

Maru Arvigo (EFp 2016)

Preparação básica (obrigatória):

ADI 4650
- Ementa, acórdão, relatório e extrato de ata (p. 1-21; p. 348-351)
- Pedido de Vista do Min. Gilmar Mendes (p. 164-166)
- Voto Min. Marco Aurélio (p. 167-176)
- Voto Min. Lewandowski (p. 177-180)
- Antecipação de voto e voto Min. Gilmar Mendes (p. 192-265)

Leitura complementar:

ADI 4650
- Debates (pp. 338-347)
- Esclarecimento Min. Luís Roberto Barroso (p.352-355)

Leitura de formação:

PEREIRA, Saylon Alves. *Os pedidos de vista no Supremo Tribunal Federal: Uma análise quantitativa nos casos de controle concentrado de constitucionalidade*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2010. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/os-pedidos-de-vista-no-supremo-tribunal-federal-uma-analise-quantitativa-nos-casos-de-controle-concentrado-de-constitucionalidade/>.

ARVIGO, Maru. *Pedido de vista como um poder individual sobre a deliberação: uma análise à luz dos constrangimentos impostos pela Resolução 278 do STF*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2016. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/pedido-de-vista-como-um-poder-individual-sobre-a-deliberacao-uma-analise-a-luz-dos-constrangimentos-impostos-pela-resolucao-278-do-stf/>

AULA 28 14H-15H40	DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA: TSE E O CASO TÁBATA AMARAL	05/11/2021
Pedro Gama (EFp 2016)	<p>Preparação básica (obrigatória): Tribunal Superior Eleitoral: Processo Nº 0600637-29.2019.6.00.0000 - Certidão de julgamento - Voto do relator</p> <p>Leitura complementar: Tribunal Superior Eleitoral: Processo Nº 0600637-29.2019.6.00.0000 - Petição inicial - Manifestação MPF</p> <p>Leitura de formação: Petição Nº 894-16.2013.6.00.0000 - Agravo Regimental na Petição Nº 894-16.2013.6.00.0000</p>	
AULA 29 14H-15H40	DIREITO AO ERRO: ART. 28 DA LINDB E MP 966	10/11/2021
Juliana Palma (FGV Direito SP)	<p>Preparação básica (obrigatória): ADIs 6.421 e 6.428 - <i>Amicus curiae</i> da sbdp - Voto Min. Barroso - Voto Min. Gilmar Mendes</p> <p>Leitura complementar: PALMA, Juliana Bonacorsi de; ROSILHO, André. <i>Constitucionalidade do Direito ao Erro do Gestor Público do art. 28 da Nova LINDB</i>. Revista da CGU, v. 13 n. 23 (2021). Disponível em: https://bityli.com/8vTp1</p>	
AULA 30 14H-15H40	CONVERSA COM ATORES: PARCERIAS SOCIAIS	12/11/2021
Deloise de Jesus (Fundação Lemann)	<p>As aulas “Conversa com Atores” se baseiam na interação entre os estudantes e uma pessoa que atua na prática do tema da aula. A preparação prévia consistirá em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa do currículo do (a) convidado (a); • Formulação de perguntas sobre o tema da aula que possam ser feitas ao convidado ou à convidada. 	
AULA 31 14H-15H40	PRISÃO POR NÃO PAGAMENTO DE ICMS	17/11/2021
Thaís de Laurentiis (EFp 2007)	<p>Preparação básica (obrigatória): RHC 163334 - Voto Min. Edson Fachin - Manifestação PGR</p> <p>Preparação complementar: STF começa a julgar criminalização do não recolhimento de ICMS declarado Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=432414&ori=1</p>	

Ministro promove audiência para discutir enquadramento criminal de não recolhimento de ICMS. Disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=405468&ori=1>

Leitura de formação:
HC 399.109 – SC (STJ)
- Ementa

AULA 32
14H-15H40

CONVERSA COM ATORES: POLÍTICAS AFIRMATIVAS

19/11/2021

Irapuã Santana

As aulas “Conversa com Atores” se baseiam na interação entre os estudantes e uma pessoa que atua na prática do tema da aula. A preparação prévia consistirá em:

- Pesquisa do currículo do (a) convidado (a);
- Formulação de perguntas sobre o tema da aula que possam ser feitas ao convidado ou à convidada.

ENTREGA DAS MONOGRAFIAS (POR EMAIL)

24/11/2021

AULA 33
14H-15H40

ENCERRAMENTO

26/11/2021

**Mariana Vilella,
Jolivê Rocha e Yasser
Gabriel**

A última aula terá por objeto estimular as/os estudantes a:

- Refletirem sobre como saem do curso;
- Sugerir melhorias e modificações no curso.

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Carga horária: 46,9 horas (56,4 horas-aula).

Data de início: 04/08/2021

Data de término: 26/11/2021

Dias da semana: Quartas e sextas-feiras (encontros regulares)

Horários: Quarta-feira, das 14h às 16h00; Sexta-feira, das 14h às 15h40

Local: Plataforma Zoom

Presença mínima: 80% das sessões do primeiro semestre e 80% das sessões do segundo semestre de *cada uma* das atividades que compõem a Escola De Formação Pública (oficinas de jurisprudência constitucional, oficinas de pesquisa e metodologia e aulas do curso de direito público).

Materiais didáticos: os materiais de preparação prévia poderão ser obtidos no *site* da sbdp (www.sbdp.org.br) e no sistema de gerenciamento de conteúdo do curso, se for o caso.

Dúvidas e comunicação: em caso de dúvidas, problemas, sugestões, a Coordenação solicita que entrem em contato por meio do e-mail ef.sbdp@gmail.com. Se a questão for urgente, escrever “URGENTE” no assunto do e-mail. Caso contrário, a Coordenação se compromete a dar uma resposta em até 48 horas.

Plantão: a aluna ou o aluno poderá entrar em contato a qualquer momento do curso com a Coordenação para uma conversa individualizada. O horário de 13h às 14h das sextas-feiras das semanas de aula ficam reservados para a sua realização;

Para outras informações, contatar os membros da Coordenação e verificar o **Termo de Compromisso** do curso.

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Mariana Vilella

Coordenadora da Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Mestre e doutoranda em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017) e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (2011). Aluna da Escola de Formação da sbdp (2010). Contato: mariana.vilella@fgv.br

Jolivê Rocha

Monitor da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Aluno da Escola de Formação da sbdp (2020).

Yasser Reis Gabriel

Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Doutorando em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados.